

DISTINÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO ESCOLAR E POLÍTICA NO PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT

DISTINCTIONS BETWEEN SCHOOL EDUCATION AND POLITICS ACCORDING TO HANNAH ARENDT'S THOUGHT

Jenerton Arlan Schütz¹
Paulo Evaldo Fensterseifer²

RESUMO

O presente estudo, de cunho bibliográfico, apresenta reflexões sobre a distinção entre a educação escolar e a política no pensamento de Hannah Arendt. Em seus escritos encontram-se distinções radicais entre a educação escolar e a política, algo incomum nos discursos hodiernos, em ambas as áreas. Algumas indagações motivam as reflexões: como a crise na educação escolar pode ser tida como um problema político se os dois âmbitos são distintos? O que significam as afirmações que distanciam tão fortemente a educação escolar da política no pensamento da autora? Num primeiro momento, apresentam-se reflexões que revelam as razões de a crise na educação escolar ser um problema político e que, portanto, envolve discussões de ordem política em função da abertura que a atual crise do mundo provoca. Por conseguinte, apresentam-se reflexões acerca das distinções entre educação escolar e política. Por fim, considera-se que, o que ambas compartilham é o compromisso, por parte dos adultos, com o mundo comum.

Palavras-chave: Educação Escolar. Política. Mundo Comum. Hannah Arendt.

ABSTRACT

This bibliographical study presents reflections on the distinction between school education and politics according to Hannah Arendt's thinking. In her writings are found radical distinctions between school education and politics, something uncommon in today's discourses in both areas. Some questions motivate the reflections: how can the crisis in school education be seen as a political problem if the two scopes are different? What do the statements mean that set such a great distance between school education and politics, according to the author's thinking? At first, some reflections are presented, which reveal the reasons why the crisis in school education is a political problem and therefore, it involves political discussions due to the openness that the current world crisis is able to cause. Therefore, reflections on the distinctions between school education and politics are present. Finally, it is considered that, what they both share is the adults' commitment to the common world.

Keywords: School Education. Politics. Common World. Hannah Arendt.

¹ Doutorando em Educação nas Ciências (UNIJUI), Mestre em Educação nas Ciências (UNIJUI), Especialista em Metodologia de Ensino de História pela Uniasselvi e Licenciado em História e Sociologia pela mesma Instituição. E-mail: jenerton.xitz@hotmail.com

² Doutor em Educação (Unicamp). Professor do Departamento de Humanidades e Educação da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Ijuí/ Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: fenster@unijui.edu.br

INTRODUÇÃO

Em seu ensaio sobre a crise na educação, Arendt faz inúmeras alusões, de modo direto e indireto, ao caráter eminentemente político do tema que se propõe a examinar. Assim, em uma de suas teses acerca da crise educacional que acomete o mundo moderno, a autora considera ser imprescindível estabelecer um divórcio entre o domínio da educação e o domínio político. Tais considerações, entretanto, normalmente geram estranheza entre os pesquisadores.

Esse movimento realizado por Arendt, sugerindo a necessidade de uma cisão entre o domínio da educação e o da política, tem sido alvo de inúmeras críticas e divergências, principalmente entre as denominadas teorias críticas da educação, para as quais “[...] o postulado divórcio nada mais seria do que uma astúcia ideológica do encobrimento do papel político da educação, de seu engajamento na conservação e na reprodução de formas materiais e simbólicas de dominação” (CARVALHO, 2017, p. 34).

Quais seriam e o que significam as afirmações que distanciam tão fortemente a educação escolar da política no pensamento da autora? Teria a educação algum caráter político? Tais indagações motivam o caminho das reflexões aqui apresentadas, tratando-se, portanto, de uma pesquisa de caráter bibliográfico e interpretativo.

Nessa direção, num primeiro momento, apresentam-se reflexões que revelam as razões de a crise na educação escolar ser um problema político, o qual, portanto, envolve discussões de ordem política em função da ruptura que a atual crise do mundo provoca. Por conseguinte, apresentam-se reflexões acerca das distinções entre educação escolar e política. Por fim, considera-se que, o que ambas compartilham é o compromisso, por parte dos adultos, com o mundo comum.

SOBRE A CRISE NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

As reflexões de Hannah Arendt sobre a educação escolar estão reunidas em seu ensaio chamado *A crise na Educação*³ (ARENDR, 2013), que tem como ponto de partida a crise educacional nos Estados Unidos da América, durante a década de 1950, a qual acabou se tornando “um problema político de primeira grandeza” (ARENDR, 2013, p. 221). É importante salientar, contudo, que não se trata de um problema isolado ou local, tampouco uma questão que esteja presente apenas no âmbito da educação escolar, e que possa ser resolvido internamente com o auxílio de uma nova ou qualquer outra metodologia.

Para Arendt (2013, p. 222), “[...] certamente, há aqui mais que a enigmática questão de saber por que Joãozinho não sabe ler.” Para a autora, os problemas educacionais são problemas e expressões de uma crise complexa que acomete o mundo moderno⁴ e, por isso, a autora usa a expressão “crise *na* educação”, ao invés de “crise *da* educação”. Essa crise, para Arendt (2010), está relacionada ainda, às características que perderam importância, como as relações entre as pessoas, as formas de convivência, e o sentido que elas dão à existência. Essas atividades, especificamente humanas, teriam cedido lugar a critérios utilitaristas e à preocupação exagerada com a satisfação de necessidade reais, ou ainda, inventadas.

As questões norteadoras, porém, não se referem apenas aos pais ou educadores, mas são, principalmente, preocupações de todos os seres humanos, devido ao lugar que a educação ocupa no mundo, pois é a partir da educação que cada comunidade insere os novos aspectos em seus valores, costumes e tradições. Para a autora, todo momento de crise é um desafio para se buscarem novas orientações, pois “perdemos as respostas em que nos apoiávamos de ordinário sem querer perceber que originariamente elas

³ Segundo Almeida (2011), Ursula Ludz informa, numa nota da edição alemã do texto (ARENDR, 2000, p. 416), que a primeira versão desse ensaio foi uma palestra, ministrada por Arendt na Alemanha, em maio de 1958, intitulada *Die Krise in der Erziehung: Gedanken zur Progressive Education*. As diferenças entre a primeira versão e a versão em língua inglesa em *Between Past and Future (Entre o Passado e o Futuro)*, 1961, versão que foi traduzida para o português são mínimas. Cabe ressaltar que a autora, na última versão, reformula o parágrafo inicial e corta um trecho em que se refere aos acontecimentos em *Little Rock*. O artigo em que a autora aborda o assunto relacionado ao processo de dessegregação da escola secundária de *Little Rock* é intitulado *Reflexões sobre Little Rock*, e ele estava pronto em novembro de 1957. Diante de vários desentendimentos em torno de sua publicação, porém, ele foi publicado em 1959. A última versão da obra *Entre o passado e o futuro*, omite esse trecho sobre *Little Rock*.

⁴ Para a autora, a Era Moderna se inicia com o descobrimento da América, com a Reforma Protestante e com a invenção do telescópio, diferentemente do Mundo Moderno, que se inicia após a Revolução Francesa.

constituíam respostas a questões” (ARENDT, 2013, p. 223). Assim, segundo Almeida (2011), o homem é provocado a fazer novamente as perguntas primeiras, e a crise, apesar de tudo, oferece uma nova oportunidade de reflexão sobre a própria essência das coisas. Não obstante,

Uma crise nos obriga a voltar às questões mesmas e exige respostas novas ou velhas, mas de qualquer modo julgamentos diretos. Uma crise só se torna um desastre quando respondemos a ela com juízos pré-formados, isto é, com preconceitos. Uma atitude dessas não apenas aguça a crise como nos priva da experiência da realidade e da oportunidade por ela proporcionada à reflexão (ARENDT, 2013, p. 223).

A pergunta que resume a questão fundamental em torno da educação é: *Por que educamos?* E a própria autora passa a responder: *“Porque a essência da educação é a natalidade, o fato de que seres nascem para o mundo”* (ARENDT, 2013, p. 233, grifos nossos). A autora percebe que um conjunto de teorias educacionais, conhecidas como “educação progressista”, alterou completamente as tradições, abandonando métodos de aprendizagem tradicionais que estavam baseados nas questões da própria vida dos alunos, a fim de dar respostas aos problemas que ocorrem no mundo comum. Para Arendt (2013), a educação moderna é uma educação que se desenvolveu para as massas, quando são ensinados conhecimentos selecionados previamente e, conforme a sustentação de pedagogos (que exigem as necessidades da sociedade industrial e de consumo), de forma igual para todos os alunos.

Ao voltar os olhares para a América⁵, logo se percebe o fato de que a crise educacional no país está ligada à política. Este fato se dá em virtude de a América ser um país de imigrantes, que desejam instaurar um *Novo Mundo* por meio da consciência política. Estes povos se estabeleceram com as suas singularidades e diversidades, buscando a superação da pobreza e, também, da opressão do *Velho Mundo*.

Esse desejo pelo novo concede uma singular importância política à educação, entretanto, não se deve usar a educação escolar como instrumento da política⁶, como ocorreu em alguns países europeus. Sob uma forte influência de Rousseau, a modernidade assumiu a noção de que as crianças devem ser a esperança para realizar os ideais políticos de uma sociedade e, desse modo, a educação escolar recebeu caráter de

⁵ A autora utiliza o termo América referindo-se aos Estados Unidos da América.

⁶ As distinções entre a política e a educação estarão sendo analisadas no próximo tópico.

instrumento político. O problema presente na crise educacional americana, contudo, não é ser inferior ao *Velho Mundo*, mas sim, estar muito à frente, ter introduzido tão bem as pedagogias modernas que se afastaram da tradição, perdendo a competência de perceber e avaliar a crise presente (ARENDDT, 2013).

De acordo com a análise da autora, a crise na realidade educacional americana, com caráter progressista, se assentava em três pilares: o primeiro se refere à relação entre os adultos e as crianças; o segundo tem a ver com o ensino; e o terceiro foi defendido durante séculos e encontrou expressão conceitual sistemática no Pragmatismo.

Segue a reflexão particular de cada um dos três pressupostos básicos de forma mais aprofundada. O primeiro, conforme Arendt (2013, p. 229-230), “[...] é o de que existe um mundo da criança e uma sociedade formada entre crianças, autônomos e que se deve, na medida do possível permitir que elas governem.” Pressupõe-se que exista um mundo da criança, que configura a instauração de uma barreira entre os adultos e as crianças, em que ambos os grupos se autorrecrutam. O grupo dos adultos, porém, já possui normas, valores, costumes e outros princípios grupais; por outro lado, o grupo das crianças está inaugurando o seu próprio grupo. O que acontece é que, os adultos, por vezes, se relacionam com o indivíduo-criança como se fossem um grupo concorrente e distinto do seu.

É da essência desse primeiro pressuposto básico levar em conta somente o grupo, e não a criança individual, o que faz com que a autora considere que: “[...] a autoridade de um grupo [neste caso, o grupo das crianças], é sempre consideravelmente mais forte e tirânica do que a mais severa autoridade de um indivíduo isolado.” (ARENDDT, 2013, p. 230). Grosso modo, sugere a autora ser uma covardia outorgar às crianças responsabilidades, as quais elas ainda não possuem condições de assumir, em relação aos problemas gerados pelos adultos e, por isso, esses são de competência dos adultos.

Não obstante, as crianças são entregues à tirania de seu próprio grupo, com uma realidade cada vez mais fechada, pois não enfrentam mais a autoridade dos adultos, mas sim, a autoridade do próprio grupo, “[...] contra o qual, por serem crianças, não podem argumentar, e do qual não podem escapar para nenhum outro mundo por lhes ter sido

barrado o mundo dos adultos” (ARENDDT, 2013, p. 231). Com isso, a reação das crianças a essa pressão tende a ser o conformismo ou a delinquência, ou, ainda, ambos. Nesse contexto, Arendt (2013, p. 230) afirma que: “[...] ao emancipar-se da autoridade dos adultos, a criança não foi libertada, e sim sujeita a uma autoridade muito mais terrível e verdadeiramente tirânica, que é a tirania da maioria.”

Como consequência, pode-se perceber o comportamento de muitos jovens na recusa a manter, com as gerações passadas, um vínculo de conservação de tradições e valores comuns, principalmente, o respeito à autoridade⁷, compreendida aqui como uma referência dos valores éticos e morais presentes em uma sociedade. O problema crucial ocorre quando a sociabilidade primária (família) não pode mais cumprir essa primeira fase da construção de si, intersubjetiva, ficando cada vez mais difícil que a segunda (escola) a faça, o que implica em uma sobrecarga para a qual ela não tem todas as competências requeridas (daí boa parte da crise da educação escolar) (BRAYNER, 2008). Arendt (2013, p. 245-246) já alertava, em 1950, para o impasse na educação, e o fato de, por sua natureza, “não poder [...] abrir mão nem da autoridade, nem da tradição, e ser obrigada, [...] a caminhar num mundo que não é estruturado nem pela autoridade nem tampouco mantido coeso pela tradição”.

O segundo pressuposto básico, que veio à tona com a crise, tem a ver com o ensino. A Pedagogia moderna tem dado ao professor o caráter de “ensinar qualquer coisa”. (ARENDDT, 2013, p. 231) Sob a influência da Psicologia e, principalmente, dos princípios do Pragmatismo, a “Pedagogia transformou-se em uma ciência do ensino em geral a ponto de se emancipar inteiramente da matéria efetiva a ser ensinada.” (ARENDDT, 2013, p. 231). Assim, o professor ignora o valor da especialização, de dominar alguma área específica, e se mostra extremamente superficial.

Acontece, ainda, que o conhecimento do professor está equiparado ao do educando; assim, o aluno tem falta de um suporte para desenvolver as suas habilidades e

⁷ Arendt distingue autoridade de certas formas de força e/ou violência. Mesmo que em ambos os casos se possa falar de uma relação hierárquica e de obediência, aquele que obedece ao mais forte o faz por medo ou por ser forçado fisicamente a obedecer, enquanto aquele que obedece à autoridade o faz por consentimento. (ARENDDT, 2013) Nesse sentido, o professor pode constituir uma autoridade frente ao aluno, “[...] se ambos reconhecem a legitimidade do mundo comum e a necessidade de sua continuidade.” (ALMEIDA, 2011, p. 39).

aptidões. O resultado não poderia ser outro – os alunos são abandonados a seus próprios recursos, e o professor perde a sua fonte legítima de autoridade, que é justamente o conhecimento e a capacidade de transmiti-lo, “[...] como a pessoa que, seja dada a isso da forma que se queira, sabe mais e pode fazer mais que nós mesmos, não é mais eficaz” (ARENDDT, 2013, p. 231).

Tudo isso está naturalmente ligado a um pressuposto básico acerca da aprendizagem e da formação. O terceiro pressuposto foi defendido pelo mundo moderno durante séculos, encontrando sua expressão conceitual sistemática no Pragmatismo. Esse pressuposto significa que o indivíduo só pode conhecer e compreender aquilo que é feito por ele próprio. Para Arendt (2013), a sua aplicação à educação escolar consiste em substituir, na medida do possível, o aprendizado pelo fazer.

O motivo por que não foi atribuída nenhuma importância ao domínio que tenha o professor de sua matéria foi o desejo de levá-lo ao exercício contínuo da atividade de aprendizagem, de tal modo que ele não transmitisse, como se dizia, ‘conhecimento petrificado’, mas, ao invés disso, demonstrasse constantemente como o saber é produzido. (ARENDDT, 2013, p. 232)

Percebe-se que a teoria converge com “o professor que ensina qualquer coisa”, pois esse pressuposto não obriga o professor a possuir conhecimentos teóricos sólidos. Nesse momento, a habilidade ultrapassa o conhecimento, a brincadeira em sala de aula substitui um trabalho rigoroso e, para Arendt (2013, p. 233), “[...] aquilo que, por excelência, deveria preparar a criança para o mundo dos adultos, o hábito gradualmente adquirido de trabalhar e de não brincar, é extinto em favor da autonomia do mundo da infância.”

A criança é excluída do mundo dos adultos, sendo mantida no seu próprio mundo, na medida em que este pode ser chamado de mundo. Para Arendt (2013), essa retenção da criança é artificial, pois extingue o seu relacionamento com os adultos, e consiste, entre outras coisas, do ensino e da aprendizagem, e porque oculta, ao mesmo tempo, o fato de a criança ser um ser humano em desenvolvimento, e a infância ser uma etapa temporária, isto é, uma preparação para a condição adulta.

A questão de que a criança não pode ser responsabilizada pelas transformações ocorridas na realidade do mundo e, também, a necessidade constante de um processo de

amadurecimento, parece confuso, mas no momento em que o adulto, responsável pelo mundo, isto é, um único mundo⁸ de crianças e adultos, assumir a sua responsabilidade de andar lado a lado e, se necessário, à frente da criança, apresentando o mundo e se responsabilizando por ele; a criança, no seu tempo de desenvolvimento, é instigada a partir do exemplo dos mais velhos a se tornar um adulto responsável pelo mundo.

Abandonar as crianças no seu “mundo”, ou então infantilizá-las, são equívocos, pois os adultos devem se responsabilizar por elas e, no futuro, serão as crianças de hoje que ficarão na posição frontal em relação ao mundo. Ademais, o exemplo é o recurso que se tem hoje para manter a responsabilidade e o cuidado pelo mundo.

Nessa direção, consideramos fundamental a passagem em que Arendt (2013, p. 247) remete ao sentido da educação escolar. Afirma a autora:

A educação [escolar] é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos as nossas crianças, o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum.

Dessa forma, deve-se assumir a responsabilidade pelo mundo de modo a motivar os mais novos a assumi-la posteriormente também. As gerações mais novas não estão tão distantes, por mais que se possa imaginar, e muitas vezes (com)partilham o mesmo mundo dos adultos. A autoridade presente na educação escolar ajuda a reforçar isso, pois está fundamentada em assumir compromissos que possam garantir o conhecimento. Sabe-se que a criança tem o seu tempo para se submeter à educação, mas no momento em que for adulta pode, inclusive, superar o seu professor. Do mesmo modo, o professor passa a transmitir o conhecimento aos alunos, mas sabe, também, que um dia este será ultrapassado pelos seus alunos, quando eles já não serão mais os seus alunos, e sim os seus colegas.

É importante indagar, contudo, sobre os aspectos do mundo moderno e de sua crise, que efetivamente se revelaram na crise educacional, isto é, quais são os motivos reais para que, durante décadas, se pudessem dizer e fazer coisas em contradição tão

⁸ Essa responsabilidade permite que a criança possa ser criança, um modo de respeito à infância.

flagrante com o bom senso? Em uma segunda reflexão, o que podemos aprender a partir dessa crise acerca da essência (natureza, especificidade) da educação, isto é, sobre o papel que a educação desempenha em toda a civilização? (ARENDDT, 2013)

A reflexão sobre os dois problemas deve partir da análise do objeto da educação, ou seja, a criança, confirmando, desse modo, que a essência da educação é a natalidade. Como a fase infantil é a primeira etapa da vida humana, tudo o que for apresentado à criança vai ser influência para toda a sua vida, seja em suas ações individuais ou coletivas. Por isso, a educação escolar deve ter o reconhecimento da natureza do ser criança e, desse modo, acolhê-la como um recém-chegado “[...] em um mundo que lhe é estranho e se encontra em processo de formação” (ARENDDT, 2013, p. 235).

Percebe-se, assim, o duplo aspecto da realidade da criança, que é um ser novo e está em formação. Desse modo, a educação escolar deve se voltar para o cuidado com a própria vida da criança, e com o cuidado do mundo ao qual ela chegou, ou seja, a criança nasce *para a vida e nasce no mundo*. O *para a vida* refere-se ao processo de formação, ela é um vir a ser, ela não nasce humana, mas *para* se tornar humana. O *nascer no mundo* é o lugar pré-existente, onde nada é de sua autoria, onde ela só irá assumir a responsabilidade na medida em que assumir este viver *no mundo*. Os pais e os educadores já passaram por este processo – ou pelo menos deveriam ter passado –, e são responsáveis pela continuidade do mundo e, de certo modo, estão constantemente fazendo do mundo a sua casa.

Ademais, nota-se no pensamento de Arendt (2013), que estes dois momentos da existência do ser humano, na maioria das vezes são divergentes, trazendo consigo duas dimensões que também são divergentes: a pública e a privada. A privacidade do lar protege a criança da fragilidade vital, enquanto a vida pública exige que o indivíduo se desafie, ou seja, se responsabilize pelo mundo comum. Assim, prossegue este estudo a partir da grande provocação da educação escolar ligada à sua posição entre estas duas realidades e, principalmente, sua distinção da política.

DISTINÇÕES ENTRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR E A POLÍTICA

Ao longo das obras de Hannah Arendt raramente são encontradas menções sobre a educação escolar. Diferentemente do que ocorre com a política, que é o núcleo de todo

o seu pensamento, o sentido da prática educativa é objeto central de apenas um de seus textos, o ensaio *A crise na Educação*, publicado na obra *Entre o passado e o futuro* (2013), na qual a autora apresenta reflexões sobre a educação pensada à luz da crise que acometeu o mundo moderno, além de algumas de suas manifestações já investigadas anteriormente. Conforme Elizabeth Young-Bruehl (1997), uma de suas principais biógrafas, a fundamentação desse texto decorre da discussão política que Arendt enfrenta com a publicação do artigo *Reflexões sobre Little Rock*, onde já é possível encontrar algumas afirmações, que, de certa forma, revelam a compreensão e a relação entre a educação e a política.

Nesse artigo, a autora aborda o processo de dessegregação racial que ocorre no Sul dos Estados Unidos e os seus reflexos nas escolas. Diferentemente do ensaio *A crise na Educação*, esse artigo não tem como objetivo principal discutir as questões relacionadas à educação. Conforme Almeida (2011), o artigo sobre Little Rock mostra que, no processo de dessegregação, foi utilizada uma estratégia equivocada ao dirigir as ações para a educação escolar antes de tratar, por exemplo, dos direitos políticos. Segundo Arendt, portanto, os jovens não deveriam ter sido expostos a uma situação de luta pela efetivação da igualdade constitucional, a qual deveria ser travada politicamente entre os adultos e ser traduzida no combate às leis segregacionistas.

Nessa direção, a autora fica indignada com a situação que as crianças enfrentaram, perseguidas com gritos e hostilidades, sendo obrigadas a enfrentar uma situação social que para muitos adultos não teria importância. Sua indignação está dirigida exatamente aos adultos, responsáveis pela exposição das crianças às humilhações. Para a autora, as crianças são obrigadas a enfrentar problemas políticos que não foram resolvidos pelos adultos na esfera pública. Conforme a autora, “Chegamos ao ponto em que se solicita às crianças que mudem e melhorem o mundo? E pretendemos ter as nossas batalhas políticas travadas nos pátios das escolas? (ARENDR, 2004, p. 272).

O aspecto público e político da educação envolveria “apenas os conteúdos da educação da criança, e não o contexto da associação e vida social que, invariavelmente, se desenvolve com a sua frequência à escola” (ARENDR, 2004, p. 280) Do mesmo

modo, é considerado injusto deslocar “[...] a carga da responsabilidade dos ombros dos adultos para os das crianças.” (ARENDDT, 2004, p. 262)

Nesse contexto, a autora aponta para o problema que pode resultar da tentativa de, a partir da educação escolar, estabelecer alguma realidade de mundo, seja ela qual for.

Uma última palavra sobre a educação e a política. A ideia de que se pode mudar o mundo educando as crianças no espírito do futuro tem sido uma das marcas registradas das utopias políticas desde a Antiguidade. O problema com essa ideia tem sido sempre o mesmo: só pode dar certo se as crianças são realmente separadas de seus pais e criadas em instituições do Estado, ou doutrinadas na escola [...]. É o que acontece nas tiranias (ARENDDT, 2004, p. 265).

Assim, pode-se apresentar a essência entre a relação da educação escolar e da política no pensamento arendtiano que, a grosso modo, revela ser inaceitável a tentativa de constituir mudanças políticas por meio da educação escolar, ou então, de usá-la como solução dos assuntos políticos. Quando a educação escolar se transforma em mero instrumento para fins políticos, o resultado não poderia ser outro – instrumentalizar a educação como se os resultados pudessem, de alguma forma, ser totalmente previsíveis. Se de fato isso é desejável, pode-se afirmar que a educação escolar e a política possuem uma “[...] lógica de funcionamento análoga à da fabricação, desconsiderando a imprevisibilidade inerente a ambas as atividades. A doutrinação seria condição necessária para tal empreendimento que [...] seguramente viria a fracassar, pois o curso do mundo não pode ser antecipado” (BENVENUTI, 2010, p. 47). Nesse sentido, Arendt (2013, p. 225) reitera que,

O papel desempenhado pela educação em todas as utopias políticas, a partir dos tempos antigos, mostra o quanto parece natural iniciar um novo mundo com aqueles que são por nascimento e por natureza novos. No que toca à política, isso implica obviamente num grave equívoco [...]. A educação não pode desempenhar papel nenhum na política [...].

A provocação de Arendt diante da posição que a educação escolar tem entre as esferas privada e pública remete à ideia de que “[...] a escola não é de modo algum o mundo e não deve fingir sê-lo; ela é, [...] a instituição que interpomos entre o domínio privado do lar e o mundo com o fito de fazer com que seja possível a transição de alguma forma, da família para o mundo” (ARENDDT, 2013, p. 238). A posição defendida

por Arendt se torna complicada no momento em que não se consegue manter as barreiras, ou limites necessários entre aquilo que é considerado privado e público. É isso que ocorre exatamente na Modernidade – uma verdadeira confusão entre os dois domínios. É importante ressaltar que essa confusão não possui sua origem nos meios educacionais, mas, primeiramente, em outros âmbitos sociais e, posteriormente, se manifesta na educação escolar. Mas, pela fragilidade da criança, que é o objeto da educação, qualquer ocorrência aqui se revela de forma mais problemática.

Por isso, a autora alerta que, “[...] toda vez que esta [criança ou adulto] é permanentemente exposta ao mundo sem a proteção da intimidade e da segurança, sua qualidade vital é destruída” (ARENDDT, 2013, p. 236). Assim, em *Reflexões sobre Little Rock*, Arendt (2004, p. 280) discute a distinção entre o privado e o público no contexto educacional:

Os direitos dos pais sobre as crianças são legalmente restritos pela educação obrigatória, e por nada mais. O Estado tem o direito incontestável de prescrever exigências mínimas para a futura cidadania [...]. Forçar os pais a mandar os filhos para uma escola integrada contra a sua vontade significa privá-los de direitos que claramente lhes pertencem em todas as sociedades livres – o direito privado sobre seus filhos e o direito social à livre associação. Quanto às crianças, a integração forçada significa um conflito muito sério entre a casa e a escola, entre a sua vida privada e a social e, embora esses conflitos sejam comuns na vida adulta, não se pode esperar que as crianças saibam lidar com esses problemas, e assim não se deveria expô-las a eles [...].

Em sua dissertação de mestrado, Canfield (2004) afirma que o governo não poderia intervir na esfera privada das pessoas, pois estaria impondo uma integração escolar por meio da força, o que causaria um conflito entre a autoridade da família e a da escola. Assim, quanto mais a sociedade moderna rejeitou a distinção entre o privado e o público, ou seja, quanto mais ela introduziu a esfera social entre a esfera privada e a pública, o privado tem se transformado em público e vice-versa. O problema dessas alterações reflete, principalmente, nas crianças, que pedem a segurança para que não sejam afetadas em seu amadurecimento pelos distúrbios do não ocultamento.

O Estado, porém, tem o direito de prescrever exigências mínimas para a futura cidadania das crianças e, além disso, promover e dar apoio ao ensino de temas e profissões que são consideradas desejáveis e necessárias para a nação como um todo. A educação escolar, portanto, possui um compromisso com o mundo, e mesmo que

busque possibilitar a futura participação nos assuntos públicos, não é o espaço da própria ação política. No entender de Arendt (2004), a educação escolar e a política não são fases sucessivas que perseguem sempre os mesmos objetivos. Para ela, a educação escolar é *pré-política*, não que a escola seja anterior ao exercício da cidadania (embora também o seja), mas enfatiza que é uma esfera que, primeiramente, se distingue da esfera pública e na qual as crianças estabelecem relações intersubjetivas com o mundo, diferentes das que são estabelecidas no espaço público (política).

Nessa direção, Azanha (2004, p. 343), em consenso com Arendt (2004), demonstra de modo contundente algumas consequências que podem decorrer da confusão entre aquilo que é próprio de cada esfera:

Imaginar que a vivência da liberdade no âmbito da escola capacite para o exercício da liberdade na vida pública é, de certo modo, deixar-se embair por um simulacro pedagógico da ideia de democracia. Ao se pretender democratizar internamente a escola talvez apenas se consiga uma degradação do significado político de democracia nesse seu transporte abusivo da esfera social para a sala de aula.

Concorda-se com a afirmação do autor quando ele destaca que na escola não se pratica a cidadania. Do mesmo modo, não se aprende cidadania como se aprende qualquer habilidade ou alguma competência. A escola pode *contribuir para o futuro exercício da cidadania*, porém, essa contribuição não ocorre num “faz de conta” democrático no ambiente escolar. A prática cidadã depende exclusivamente de um espaço público e da possibilidade de participação política. Tudo isso não cabe à escola, pois, para Masschelein e Simons (2014, p. 89), “[...] a educação não é uma condição para a política, e não prepara para isso [...]”.

O que para Arendt (2004) é compartilhado, entre a educação escolar e a política, é o compromisso, por parte dos adultos, com o mundo comum. O espaço de solução dos problemas e questões sociais é a esfera pública, um espaço de liberdade, igualdade e visibilidade. Enquanto no espaço público (espaço da política e de indivíduos já educados) o homem está entre iguais, na educação escolar, a relação pedagógica se caracteriza por uma desigualdade entre os alunos e os professores – não somente nos conhecimentos desiguais, mas, principalmente, na responsabilidade desigual, seja frente ao próprio processo educativo, seja em relação ao mundo.

Significa, ainda, que o espaço escolar não deve ser transformado em uma imitação da vida pública, delegando às crianças responsabilidades por sua convivência. É de suma importância que o professor determine as regras básicas de relacionamento no espaço escolar. Já em relação aos novos, podem acontecer algumas alterações. Segundo Arendt (2013, p. 238), “a situação é inteiramente diversa na esfera das tarefas educacionais não mais dirigidas para a criança, porém à pessoa jovem [recém-chegados], aqueles nascidos em um mundo existente e que não conhecem.” Do mesmo modo, na escola, os jovens não assumem a responsabilidade pelo mundo, isto é, não podem exercer o papel de cidadãos no espaço escolar, porém, o cuidado e a proteção que o professor dispensava aos recém-chegados vão cedendo cada vez mais lugar à apresentação do mundo. Na medida em que os alunos vão se familiarizando com os saberes e as práticas necessárias desse espaço comum, tornam-se capazes de assumir a *sua* responsabilidade por ele.

Se a relação entre o professor e o aluno não é política em sentido restrito, não se pode querer caracterizar a escola e a educação simplesmente como apolíticas. Nessa direção, Almeida (2011) reitera que, além do compromisso com o público, a educação escolar deve introduzir os recém-chegados no mundo comum. Por exemplo, há decisões – como o currículo, que traz os aspectos do mundo para apresentar às crianças o acesso e a qualidade da educação – que devem ser preocupações públicas.

Nessa direção é importante destacar o uso da expressão *pré-política*. Para Arendt (2013, p. 240, grifo nosso), é evidente que há “[...] uma conexão entre a perda de autoridade na vida pública e política e nos âmbitos privados e *pré-políticos* da família e da escola.” Não obstante, para a autora, a perda de autoridade, de fato, não poderia encontrar uma expressão mais radical do que a sua introdução na esfera pré-política, onde a autoridade parecia ser ditada pela própria natureza e independer de todas as transformações históricas e condições políticas. Sabe-se que o prefixo *pré* estabelece uma relação de antecedência entre a educação escolar e a política, porém, qual o significado presente no fato de a educação anteceder a política?

Primeiramente, é necessário recordar o que Arendt (2013, p. 223) compreende por: “a essência da educação é a natalidade”. Para a autora ou pensadora, é a partir da natalidade que se revela o sentido da educação no mundo – seja na razão de existir ou

no seu movimento em determinada direção: a chegada da criança, que impõe a condição de ser novo, até o pertencimento ao mundo que a antecede. Assim, a educação escolar pode ser compreendida como o traço que conduz a criança de um ponto a outro, isto é, os novos na direção do mundo e o mundo na direção dos novos. O ato de educar deve permitir sempre essa aproximação, no sentido da responsabilidade que as pessoas passam a assumir pelo mundo ao conquistar a sua condição mundana. Não basta estar no mundo, é necessário, também, que se receba uma herança dos mais velhos. Desse modo, enquanto na política a natalidade se manifesta na ação de cada pessoa, na educação escolar a natalidade é sua essência.

Em relação à continuidade do mundo, portanto, tanto a política como a educação escolar, passam a assumir a responsabilidade. A educação escolar, todavia, assume um papel relevante nessa iniciativa, pois é apenas a partir da política que ela se realiza de forma concreta. É na política que se (re)encaminha o percurso do mundo, renovando-o e preservando-o, enquanto a educação escolar conserva o mundo presente, a fim de comunicar o que já existe, buscando manter a intersubjetividade que está sujeita à existência humana.

Assim, se há pretensão de educar as crianças, mas nada de novo for efetivado pela política, o caminho do mundo será a repetição e a direção à ruína. A relação clara que a educação escolar estabelece com o futuro permite a criação de discursos que passam a lhe atribuir a responsabilidade pelos colapsos de uma determinada sociedade política. Apresenta-se a ideia, já tida como natural, que o fim da miséria, da pobreza e da fome está nas mãos dos jovens. Se assim for, deve-se, então, hoje, educar os recém-chegados com vistas às transformações que se pretende no futuro. Tal discurso pode, contudo, como já presente nos tempos atuais, desencadear uma forma de acentuar a desresponsabilização política dos adultos.

Quando se depositam as expectativas políticas sobre as novas gerações, lança-se a possibilidade de ação num eterno futuro que nunca será alcançado. Isso significa que os adultos estariam desresponsabilizados de qualquer ocorrência do mundo, já que deve ser papel da educação escolar preparar os novos para desempenharem as mudanças que os adultos esperam. Ademais, quando forem introduzidos no mundo como “jovens adultos”, eles já estarão desresponsabilizados novamente, já que, a alteração do

percurso do mundo estará depositada nos recém-chegados e, certamente, acontecerá num tempo em que ninguém jamais viveria. Para Benvenuti (2010), o equívoco está na situação extremamente confortável em que se deixam os discursos, ao depositarem na educação a responsabilidade pelo mundo, fazendo com que a ação, a responsabilidade e a política não sejam nunca uma realidade presente.

Para Arendt (2013), a forma como a educação escolar deve desempenhar a sua tarefa de responsabilidade para com o mundo, é voltando o seu olhar para o passado, e não para o futuro, já que nele foi colocado o que existe entre os homens. O passado é que contém a história de cada um, as suas identidades como seres pertencentes ao mundo. Educa-se para que as heranças e as histórias humanas possam se manter vivas: é no passado que se encontra o significado e o sentido da mundanidade. Em muitos discursos político-educacionais, contudo, estão presentes expectativas de um futuro realizável por meio da educação escolar, mas que, de fato, não tem nenhuma garantia que venha a acontecer. Geralmente, nesses discursos, encontra-se a pretensão de construir um mundo que está presente, ou ainda uma crença ilusória de que se conhece o que ele um dia poderá vir a ser. Tais discursos estão presentes nos sonhos e realizações de um mundo que todos gostariam de ter tido a capacidade de edificar enquanto cidadãos.

Considera-se um erro esperar que o convencimento dos jovens por meio da educação escolar transforme o curso do mundo. Com isso, pretende-se acabar com a condição de liberdade dos homens, afinal “preparar uma nova geração para um mundo novo, só pode significar o desejo de arrancar das mãos [...] sua própria oportunidade.” (ARENDRT, 2013, p. 226)

Diante desse contexto, a responsabilidade presente na educação escolar para com o mundo se realiza a partir da conservação daquilo que oferece estabilidade, enquanto na política, isso ocorre a partir da renovação. A educação escolar, portanto, não é um âmbito transformador. Afinal, no âmbito educacional se está lidando com recém-chegados, e é sobre os ombros dos adultos, considerados cidadãos, que recai, no pensamento de Arendt (2013), qualquer responsabilidade: seja ela educacional ou política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na educação escolar (pré-política) não se faz política, mas é nela que se manifesta a aspiração e se faz a contribuição para a vida política, uma vez que somente os já educados a praticam. Nesse sentido, podemos considerar que no pensamento de Arendt, quando nos referimos ao campo político, estamos considerando que todos são iguais perante a lei, e que todos podem defender seus pontos de vista, o que não acontece na educação escolar, pois ali existe a autoridade do professor que conduz e passa a orientar aqueles que ainda não têm condições de fazer uso público da ação/razão.

A dimensão política da educação fica comprometida quando se instaura um governo totalitário ou tirânico. Como se viu, a separação entre a educação escolar e a política deve permanecer para que seja admissível a abertura para a possibilidade da ação futura dos jovens, imprevisível e também livre, no momento em que estes finalizarem o seu processo de formação. Assim, uma educação escolar que é direcionada para uma realidade que se pretende ou se determina alcançar, como se fosse uma atividade de fabricação, perde a sua condição de assunto político.

O fato de Arendt propor a separação entre os dois âmbitos, evidentemente se justifica para evitar que as crianças se envolvam com/em questões que ainda não lhes dizem respeito, além de querer evitar também qualquer possibilidade de doutrinação e eliminação da possibilidade de pensar e, logicamente, no futuro, de agir. Desse modo, se do ponto de vista do adulto (já educado), a educação escolar antecede necessariamente a sua participação política, do ponto de vista da educação, a política também passa a anteceder a educação escolar de forma necessária. Em síntese, à luz do pensamento arendtiano, torna-se totalmente desastroso tentar fazer da escola o palco político para a resolução dos problemas que os adultos não foram capazes de resolver. Esta seria uma forma de lhes negar o futuro papel no corpo político, pois, querer preparar uma geração – alunos –, para um amanhã utópico, é recusar a própria possibilidade de inovação que está contida em cada aluno, em cada geração.

Tais reflexões, também, conduzem-nos à noção de que nós mesmos somos responsáveis politicamente pelo mundo, destituindo os mais jovens dessa tarefa enquanto estiverem na infância. Esperamos que o nosso exemplo diante da responsabilidade pelo mundo possa inspirar os recém-chegados em suas ações futuras.

Ademais, a nosso ver, a determinação da distinção entre educação escolar e política faz afirmar a responsabilidade dos adultos pelo mundo, e permite que as crianças permaneçam preservadas desse envolvimento – concepção presente nas *Reflexões sobre Little Rock*, quando a autora condena a tentativa de integração entre brancos e negros nos Estado Unidos por meio das escolas.

Fica, aqui, o registro para que as preocupações assumidas neste estudo, e as inquietações e a ânsia por novos horizontes provocativos, possam levar a outros caminhos, novas pesquisas, novos problemas e possibilidades.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. **Zwischen Vergangenheit und Zukunft: Übungen im politischen Denken I**. Herausgegeben von Ursula Ludz. 2. Aufl. München: Piper, 2000.

_____. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Revisão e apresentação de Adriano Correia. 11. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. Reflexões sobre Little Rock. In: **Responsabilidade e julgamento**. Ed. Jerome Kohn. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ALMEIDA, Vanessa Sievers. **Educação em Hannah Arendt: entre o mundo deserto e o amor ao mundo**. São Paulo: Cortez, 2011.

AZANHA, J.M. F. Democratização do ensino: vicissitudes da ideia no ensino paulista. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, maio/ago. 2004, v. 30, n. 2, pp. 335-344.

BENVENUTI, E. **Educação e política em Hannah Arendt: um sentido político para a separação**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BRAYNER, F. **Educação e republicanismo: experimentos arendtianos para uma educação melhor**. Brasília: Liber Livro, 2008.

CANFIELD, Horizontina Mello. **Hannah Arendt e a crise na educação**. Dissertação (Mestrado) – UESP. São Paulo, 2004 (mimeo).

CARVALHO, José S. F. de. **Educação, uma herança sem testamento: diálogos com o pensamento de Hannah Arendt**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2017.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **A pedagogia, a democracia, a escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014 (Coleção Educação: Experiência e Sentido).

YOUNG-BRUEHL, Elizabeth. **Hannah Arendt:** por amor ao mundo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.